

REQUERIMENTO Nº DE 2018 – CE

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para debater a anunciada fusão dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte, bem como a anunciada transferência da gestão da Educação Superior, hoje sob a responsabilidade do Ministério da Educação, para o Ministério da Ciência e Tecnologia, com a presença dos seguintes convidados:

- Reinaldo Centoducatte – Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES);
- Roberto Gil Rodrigues Almeida – Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal da Educação Profissional Científica e Tecnológica;
- Nilton Brandão – Presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES);
- Antônio Alves Neto – Coordenador-Geral da Fasubra;
- Antônio Gonçalves - Presidente do Andes;
- Marianna Dias – Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE);
- Flávia Calé – Presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPG);
- Ildeu de Castro Moreira – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);
- Gilberto Gil – Músico, compositor e ex-ministro da Cultura;
- Orlando Silva – Deputado federal e ex-ministro do Esporte.



JUSTIFICAÇÃO

Sob o pretexto de promover um suposto enxugamento da máquina pública, a equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro estuda a fusão dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte, desprezando as especificidades de cada área, a necessidade de fortalecimento da gestão das políticas setoriais, as agendas próprias desenvolvidas por cada um dos ministérios e as dificuldades operacionais derivadas de uma possível fusão.

A fusão demandaria um tempo significativo para se consolidar e produziria uma economia irrisória nas despesas com cargos, além de prejudicar as agendas próprias e de transferir para o interior do futuro ministério a disputa de cada setor pelo limitado orçamento público, uma vez que a EC 95/16 congelou o orçamento por 20 anos.

Ainda mais grave se revela a anunciada transferência da gestão da Educação Superior, hoje sob a responsabilidade do Ministério da Educação, para o Ministério da Ciência e Tecnologia, o que pode resultar no esvaziamento orçamentário do Ministério da Educação; na estreita vinculação da educação superior aos interesses do mercado; no subfinanciamento do ensino e da pesquisa nas ciências humanas; na desarticulação entre educação superior e educação básica; na violação da autonomia universitária; e na destruição da universidade pública enquanto lócus privilegiado da liberdade de pensamento, de expressão e de produção de uma cidadania crítica e comprometida com a democracia e os direitos humanos.

Sendo assim, revela-se mais do que oportuna a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Sala da Comissão, em de novembro de 2018

Fátima Bezerra

Senadora

